

Dr. Pedro da Silva Costa – 18/07/2018

Alguns dias após a inauguração do Posto de Atenção aos Aposentados e Pensionistas - PAAP, iniciei a elaboração de uma planilha com o nome dos membros ministeriais aposentados. Resolvi que entrevistaria primeiramente os mais idosos. O primeiro de minha planilha chamava-se Pedro da Silva Costa, 92 (noventa e dois) anos de idade.

Em seguida, realizei uma ligação telefônica para o celular do mesmo, que a atendeu prontamente. Identifiquei-me, expliquei sobre o projeto “O Ministério Público do Estado do Amazonas pelos Olhos de quem fez” e perguntei se haveria interesse de conceder-me uma “entrevista” para falar sobre o tempo em que ele laborou na Instituição; a afirmativa veio com agilidade. Marcamos data, hora e local para a entrevista, a ser realizada 03 (três) dias após a ligação. Para minha surpresa, satisfação e admiração, no dia seguinte, às 08:00h da manhã, estava na sala do PAAP, aquele senhor muito elegante, de brilhantes olhos castanhos, acompanhado de sua neta, Brenda, pronto para ser “entrevistado”.

Naquele momento, como ainda não havia preparado as perguntas, senti receio de não as fazer com a atenção merecida. Mas a calma, lucidez, educação e gentileza daquele Senhor, tornou aquela manhã de 18 de julho de 2018 suave, cheia de histórias e especial.

O jovem amazonense Pedro da Silva Costa estudou no Ginásio Amazonense Dom Pedro II, em Manaus, tendo como companheiros de turma Gilberto Mestrinho, Vivaldo Frota, Phelippe Daou, Arlindo Porto, dentre outros. Era jogador de basquete, também. Após o ginásio, ingressou na Faculdade de Direito do Amazonas, tendo cursado 01 (um) ano e 08 (oito) meses, mas seu grande sonho era a Medicina. Seu pai, Severiano Lopes da Silva, alagoano, custeava a ida dos filhos para cursar o nível superior em faculdades localizadas em cidades nordestinas. Por conta disso, o ex Procurador-Geral falou: *“Em quase todo nordeste tem um irmão meu”*. Viajou para Pernambuco, chegando lá não havia dinheiro suficiente para comprar os livros e assim deixou o sonho da Medicina. Trocou pelo curso de Filosofia, mas não se identificou. Retomou ao Direito, curso em que graduou-se, em Pernambuco. Com clareza acerca do local em que estudou, assim localizou-nos:

“Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, Casa de Tobias Barreto, risos, localizada na praça 13 de maio, no Recife”.

Perguntei-lhe se era seu sonho ser promotor de Justiça. Ele respondeu-me que não. Que logo após formado, prestou concurso oral e de títulos e assumiu o cargo de promotor adjunto em Exu, no interior de Pernambuco mas, à época, duas famílias degladiavam-se e havia mortes quase todos os dias. No local não havia juiz e, diariamente, um delegado diferente. Ele afastou-se do cargo e foi morar no Estado do Rio Grande do Norte, onde morava sua irmã Helena. Lá, mais uma vez, prestou concurso oral e de títulos para o cargo de juiz substituto de Direito, aprovado, atuou primeiro no termo de Marcelino Vieira e, por último, na Comarca de Pau dos Ferros.

Foi justamente a sua atuação em Pau dos Ferros, em 1959, que o trouxe de volta à Manaus. Assim narrou:

“Isso aí foi uma história. Eu era juiz em Pau dos Ferros, juiz substituto de Direito. Lá, eu puni o sobrinho do Governador. Fiquei ameaçado. Apesar do Governador dizer que a Justiça para ser boa começava de casa. Fui aconselhado pelo promotor de Justiça José Fernandes Dantas – que chegou a ser ministro do Superior Tribunal de Justiça – a ir para Londrina, em Curitiba. Todo mundo indo para Londrina, a febre do café. Aí eu resolvi ir embora, poderiam mandar matar-me. Pronto, arrumei minha bagagem, mandei-a por um colega - que até hoje mora lá - e vim tomar a bênção do meu pai. Quando cheguei aqui! Concurso para Promotor de Justiça!

Aí eu me inscrevi, mas negaram minha documentação por ser do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. Aí o Dr. Geraldo Pinheiro, Promotor de Justiça, muito culto, disse-me – faça um “agravinho”. O Procurador-Geral da Justiça era o Dr. Adriano de Queiroz. Aí, no outro dia, perguntei-me – que espécie de agravo é esse, meu Deus? Sou juiz e não conheço “agravinho” nenhum que comporte essa situação. Aí, Dr. Geraldo Pinheiro disse-me em seguida – agravo nós chamamos aqui de pedido de reconsideração.

Agravo aceito, fui aprovado e o segundo nomeado, o primeiro foi o Dr. Aguielo Balbi. Infelizmente, após 05 (cinco) dias de nomeado, minha mãe veio a falecer, aí fiquei por aqui. Minha mãe era pernambucana e meu pai alagoano. Compramos um sítio para ele voltar para o Alagoas, mas ele retornou dizendo-me – meu filho, eu sou amazonense, 53 (cinquenta e três) anos de Amazonas, não sou alagoano, risos.

Fiquei por aqui, casei aqui. Minha esposa era a professora Aracylia Oliveira, foi uma grande avó, uma grande esposa e tudo que tenho devo a ela. Por onde eu ando está o rastro dela e eu não posso esquecê-la.

Para onde ia eu levava minha família. 07 (sete) anos depois, eu e meus filhos fomos pegar minhas roupas e meus livros que eu havia enviado para Londrina anteriormente.”

Dando prosseguimento à conversa, perguntei-lhe como foi sua chegada ao município de Boca do Acre, em 1961, e sua estada. Então, ele recontou a história, como se fosse a primeira vez a contá-la:

“O motor chegou lá, depois de 26 (vinte e seis) dias e encostou. Lá do barranco eu vi a perna de um camarada, com a calça arregaçada, era o juiz, andava de chinelo, era uma lama danada, na várzea. Hoje já é na terra firme. Então, pensei – Pelo amor de Deus! Vim pra ficar perto do meu pai e estou há não sei quantos quilômetros dele.

Eu, o prefeito e o juiz – Dr. Hachimu Muneyme - morávamos na casa de um cidadão que trabalhava na coletoria federal, lá tinha uma espécie de alfândega. Era tudo muito precário em Boca do Acre. A gente andava na várzea, numas leiras, em função do lamaçal onde os porcos viviam. E um dia eu acabei caindo. Fui dar passagem para uma senhora, ela deu-me uma “trombada” e eu “tchibum”, ai meu Deus! O sapato eu não joguei fora por que só tinha aquele.

O fórum funcionava dentro do cartório. Era uma sala grande de madeira. Todas as casas eram de madeira. Uma outra que não era, eu passei uma temporada lá, era melhor, por que tinha tijolos. Lá tinha um recipiente para sal, onde os bois, à noite, iam lambar, tanto que fizeram um buraco no recipiente.”

No ano seguinte, 1962, o Exmo. Sr. Adriano Queiroz, Procurador-Geral de Justiça, à época, nomeou o Exmo. Dr. Pedro da Silva Costa para o cargo de Secretário-Geral do Ministério Público. Durante o exercício de suas funções, criou mapas de controle que indicavam a localização de cada membro, bem como em quais processos estavam atuando. Essa nova forma de organização contribuiu para que permanecesse no cargo nos períodos de 24/11/1962 a 08/08/1963 e de 14/09/1963 a 30/06/1964. Sobre esse período explanou:

“O Ministério Público funcionava numa sala emprestada dentro do Tribunal de Justiça, na Eduardo Ribeiro, ao lado da Santa Casa de Misericórdia. Do outro lado era a Ordem dos Advogados do Brasil. O fórum era numa sala no andar superior, dava para a Rua 10 de julho. O edifício todo era do Tribunal de Justiça.

Dr. Adriano de Queiroz chamou-me e deu-me razão pela minha organização através dos mapas. Um crime, fulano de tal, e fizeram inquérito e eu colocava no mapa. E controlava o interior. Nada de promotor sair do interior. Dr. José Maria Lopes, Corregedor-Geral, à época, manuseava diariamente o mapa e cobrava. Ninguém saía do interior. Quem aparecia – Mas Dr. Pedro?... Eu dizia – olha quem fez concurso para promotor de Justiça sabe que vai pro mato. E quem dizia – Eu vim pra Manaus pra pegar dinheiro. Eu – Nada disso! Recebam na coletoria estadual no município.

Essas ordens eram do Procurador-Geral da Justiça, mas eu controlava as ordens.”

Em 24/08/1963, foi removido para a Promotoria de Justiça da Comarca de Codajás. Perguntei-lhe se trabalhar na Comarca de Codajás era melhor que em Boca do Acre. A resposta:

“Era. O acesso era mais fácil, mas não havia riqueza. Em Boca do Acre via-se dinheiro, aquela coisa do movimento da borracha. Em Codajás não. Nossa Senhora! Não tinha vida. Não tinha juiz. Quando chegava o juiz eu estava comissionado em Manaus. Aí voltava pra lá. Era uma confusão medonha.

Em Codajás, o fórum também funcionava dentro do cartório. Eu morava na casa do Prefeito de Codajás, juntamente com o juiz, Dr. Mário Bittencourt.”

Após dois anos, mais precisamente em 01/09/1965, foi removido para a Promotoria de Justiça da Comarca de Tefé. Em suas palavras:

“Eu fui designado para ir para o Careiro, cheguei lá, estava alagado. O fórum e a delegacia estavam alagados. Aí, os habitantes da cidade mudaram-se para Manaus, mas os presos ficavam numa casa lá mesmo no

Careiro, cedida pela prefeitura, também alagada. Judiava aquilo. Minha designação para o Careiro foi revogada, por que não dava para trabalhar, estava tudo alagado, eu queria trabalhar. Mas como?

Aí fui removido para Tefé, lá era diferente, era melhor de trabalhar, mas não tinha onde eu morar. Primeiro morei em um seminário feito pelos padres holandeses. Depois passei para a sede da estação de rádio, era uma difusora da prefeitura. Depois descobri um prédio que doaram para o Judiciário. Conversei com o meu amigo, Desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas, Paulo Jacob. Ele foi pessoalmente lá, reintegrou a posse do imóvel ao Judiciário e eu passei a morar na parte posterior do imóvel. O fórum ficava na parte da frente.

Posteriormente eu consegui vários terrenos no interior do Estado para criar sedes para a Instituição e moradias, consegui recursos do Governo Estadual, e mandei construir residências para os promotores de Justiça, como em Coari, Careiro Castanho, Marã e Tefé.

Durante o meu trabalho como Promotor de Justiça, cheguei a morar até num barco de castanha, que era de uma firma de Itacoatiara, cujo dono era um português, conhecido meu.”

Entre 1965 e 1966, atuou tanto no interior quanto na Capital, mas de 15.10.1966 à 21.01.1970, foi colocado à disposição da Procuradoria Regional Eleitoral para fiscalizar os pleitos eleitorais juntamente com os juízes. Contou que nessa época só existiam 03 (três) zonas eleitorais em Manaus, e sua atuação restringia-se à zona do bairro de educandos.

Após 12 anos de exercício no Ministério Público, foi promovido para a Capital do Estado, em 1971, com titularidade junto à 4.^a Promotoria de Justiça – área criminal. Nesse mesmo ano foi colocado à disposição da Presidência da República para atuar no Sistema Nacional de Informações – SNI, sobre o assunto:

“Fiquei em Brasília e em Manaus, de 1971 a 1977. Chefeiei uma agência em Manaus. O motivo de eu ter sido escolhido para atuar no SNI foi minha atuação num episódio em Santo Antônio do Içá. Um pelotão foi assaltado por colombianos, levaram armas e, por acaso, os bandidos foram para Tefé. Daí eu dei o sinal e eles foram presos. Recebi uma recomendação e depois uma deferência. Quando convidaram-me, indaguei o motivo do

convite e foi-me dito que eu desenvolvi um bom papel em favor das Forças Armadas no Amazonas.

Mas depois que saí do SNI fui hostilizado, não pelos meus colegas de trabalho no Ministério Público, mas fora daqui. Era preciso explicar minhas atuações.

Aí resolvi sair, por que não estava atuando no Ministério Público e não conseguia avançar na carreira, eu queria ser procurador da Justiça. Pedi para ser dispensado do SNI, mas não foi fácil. Até que a dispensa foi-me concedida e voltei para o Ministério Público. Reassumi a 4.^a Promotoria de Justiça criminal, em 20/04/1977; e, fui removido para a 2.^a Curadoria Judicial em 30/05/1977.”

Assim deu prosseguimento às suas atividades ministeriais. Em 1979, foi designado para várias correições no interior do Estado. As instalações do Fórum, da Delegacia de Polícia, da residência do Juiz e do Promotor, dos municípios de Itacoatiara, Urucurituba, Itapiranga, Urucará, Parintins, Barreirinha e Maués e termos de Autazes, Silves e Nhamundá foram inspecionadas. Neste mesmo ano, auxiliou na criação de um modelo padrão para as correições. E, continuou sua explanação:

“As correições eu sempre fazia e contava com a ajuda do Desembargador Paulo Jacob. Todas as correições que eu fazia eu o “rebocava”. Às vezes, era ele – Pedro, você está designado! - Mas como? - Eu já falei com o chefe, e ele vai te designar. Aí eu – Tudo bem!”

Entre os anos de 1980 e 1982, foi requisitado pelo então Governador José Bernardino Lindoso, para ser Presidente da Comissão de Conciliação e Julgamento Agrário – CCJ - que foi a semente do Direito Agrário - Órgão da Administração Superior do ITERAM, com jurisdição em todo território Nacional. Nesse ínterim, foi relotado na 4.^a Curadoria (Fazenda e Acidentes de Trabalho) – 12/02/1981; e, alçou ao último grau da carreira ministerial, em 22/12/1981, quando foi promovido, por antiguidade, para o cargo de procurador da Justiça.

Ainda em 1982, foi designado para estudar a forma de comercialização dos produtos oriundos da penitenciária Agrícola “Anísio Jobim”. Nesse momento, e com essa ação, implantou em Manaus o que havia realizado na Comarca de Pau dos Ferros, entre os anos de 1953 e 1954:

“Em Pau dos Ferros, quando era juiz substituto, fui soltar um preso, ele tinha 70 (setenta) anos e não sabia assinar o próprio nome. Aquilo me doeu. Então, criei uma forma dos presos não ficarem ociosos lá, plantarem verduras para vender e outras coisas, conforme suas habilidades. Passando por Campina Grande comprei frutos e sementes e dei para eles começarem a trabalhar.

Daí, quando fui designado para esse estudo na Anísio Jobim, eu instituí o mesmo sistema aqui com o Dr. Lupercino, como ordenar a produção de frutas e verduras, como venderiam o que produzissem e o que eles deveriam produzir. Fiz um levantamento dos presos, eu e o Dr. Lupercino. E colocamo-los para plantar, vender e entregar a produção. Um percentual da venda era pra eles. Os produtos eram comercializados em feiras e em pensionatos.

Fazia questão de ir à penitenciária fiscalizar, com um ou dois promotores de Justiça. Não existia uso de drogas nas penitenciárias. Cheguei a censurar um diretor da penitenciária por prender pessoas inocentes. Não tinha essa de que era meu amigo. - Pedro promotor de Justiça é uma coisa, Pedro pessoa física é outra!

Almocei 05 (cinco) vezes no presídio, compartilhei a mesma comida dos presos.”

Em 15/03/1983, foi nomeado, pela primeira vez, Procurador-Geral da Justiça. Sua escolha deu-se por meio de consenso entre os demais Procuradores de Justiça, pois, a partir da publicação da primeira Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas, a Lei Complementar n.º 02, de 01/03/1983, somente membros ministeriais de carreira e procuradores de Justiça poderiam assumir o cargo de Procurador-Geral da Justiça. Sendo assim, o Exmo. Sr. Pedro da Silva Costa foi o primeiro membro ministerial a assumir o comando do *parquet* amazonense, sob a égide dessa nova ordem.

“Com vaidade à parte, a primeira Lei Complementar, a de n.º 02, foi elaborada por mim, pelo professor Aderson Dutra, Procurador-Geral de Justiça e Reitor da Universidade do Amazonas à época, e uma filha dele. Apesar do Dr. Aderson não ser membro ministerial de carreira, ele fez tudo para que o chefe do Ministério Público fosse um membro e, de preferência, procurador da Justiça.

Então, quando a Lei 02 foi publicada, em 01/03/1983, não houve uma votação formal, mas houve um consenso entre os colegas, principalmente, Tabira Fortes, Ivan Cintra, Hugo Cintra, Nayde Vasconcelos e Carlos Bandeira. Reunimo-nos no Conselho e a maioria queria que eu fosse o Procurador-Geral da Justiça e eu aceitei. Então, em 15/03/1983, assumi o cargo.

Antes da Lei 02, o chefe do Ministério Público deveria ser um jurista de notável saber e comportamento ilibado. Pronto, o Governador do Estado escolhia um e nomeava.

Quando Procurador-Geral da Justiça, implantei a informática aqui. Primeiramente, trouxe uma aparelhagem onde consultávamos as jurisprudências através do Senado Federal. Compramos os computadores do banco Itaú e a PRODAM veio instalar. Fiz isso como uma forma de poupar dinheiro, pois, metade do orçamento mensal era destinada à PRODAM para gerar a folha de pagamento. Eu quis fazer funcionar tudo aqui mesmo. Nada de PRODAM, risos.

Toda a produção dos membros era datilografada ou manuscrita. Alguns tinham uma grafia muito bonita.

Também ampliei as instalações da Procuradoria, na Rua 24 de maio, consegui fazer algumas modificações, com o orçamento que se tinha, ampliei e fiz outras dependências. Na Rua 24 de maio, eu criei um posto deste aqui (referindo-se o PAAP), para os aposentados, chamava-se “Geraldo Macedo de Pinheiro”, mas depois acabaram e transformaram o espaço em uma promotoria de Justiça.

Ainda na minha gestão, verifiquei que havia muitos processos paralisados, tinha processo de dez anos. Aí coloquei Dr. José Maria Lopes para cobrar, ele era um bom cobrador, risos. Ele trabalhou nas Câmaras Reunidas comigo, ele e o Dr. Salvador Conte, por último.”

Apelando pela lembrança daquele Senhor, questionei-lhe se seria possível contar-me um acontecimento que o marcou ou mesmo mexera com sua sensibilidade durante sua vida funcional:

“Houve um incidente em Itacoatiara, quando eu estava substituindo o Dr. Geraldo Pinheiro. Recém-chegado à Itacoatiara, ocorreram as eleições gerais. Naquela época, o Ministério Público só participava do desenrolar

eleitoral, se houvesse uma requisição. Daí o Procurador-Geral cedia o promotor de Justiça da Comarca, mas naquela eleição não houve requisição. Mas eu fui lá, curioso, ver como estava ocorrendo a apuração dos votos, que ainda eram de papel.

O juiz contava tantos eleitores, tantos papezinhos. Eu cheguei perto e fiquei numa situação que dava para perceber quando ele tirava os votos de um saco para meter noutro, que era a urna. Tirava, olhava e cantava “Montenegro”. Mas eu via que o nome que estava escrito no papel era pequenino. “Montenegro” é grande. Aí aproximei-me mais, por trás dele, para certificar-me. Quando ele disse - “Montenegro”. Aí eu disse – Excelência, acho que houve um equívoco da sua parte, essa cédula aí era de outro candidato. Ele só colocava sobre a mesa as cédulas em branco. Aí eu falei – O Ministério Público faz uma impugnação. Aí ele disse – Eu só posso abrir se houver impugnação escrita. Respondi – Pois, o Ministério Público, pela ordem, faz uma impugnação verbal, com compromisso de formalizar logo mais.

Pois, então, impugnei. O fiscal, o Sr. Alencar, era o coletor federal e presidente do PSD e tinha muita ascendência sobre o juiz. E disse – O PSD também faz a sua impugnação. O juiz abriu a urna, e os votos estavam sendo contados errados, os votos eram para o candidato “Edir”, se não me engano, e ele falava “Montenegro”. Fiz a confusão e fui embora, risos.

Daí, no terceiro dia que apareço no cartório, que era o fórum também. O juiz disse – Ah, estou pensando que eu tenho um promotor eu tenho um moleque aqui querendo criar problemas. Fiquei irritado, eu tinha vindo do nordeste, eu era meio brabo mesmo, eu disse: - olhe, suba pouco e desça logo. Ele ficou por ali, saiu e eu saí em seguida.

Passados dois dias, vou chegando no cartório, ele aparece armado e atirou no meu pé, na ponta do sapato, mas graças a Deus não me feriu.

Então, o juiz veio a Manaus denunciar-me ao Procurador-Geral da Justiça, Dr. Adriano de Queiroz, por eu criar problemas pra ele, mas não disse que havia atirado em mim. Daí o professor Adriano deu-me 48 horas pra chegar em Manaus. Saí de lá 4:30h da madrugada e chegamos ao palácio às 7:30h. Falei pro professor – professor Adriano, quero sair de lá, o juiz está com um problema, ele não está suportando-me. O professor Adriano perguntou porque? Eu contei – Ele pegou uma procuração falsa e junto

com outro magistrado aposentado sacou um milhão de cruzeiros do inventário de 6 milhões de um cidadão, mas eu comprovei que a procuração era falsa.

Aproveitei e contei a história das eleições, do “Montenegro”. Aí foi aberto um inquérito contra o juiz, que depois perdeu o cargo.

Saí de Itacoatiara e fui para Maués após o evento com o juiz. Fiz permuta com meu colega José Maria Lopes.

Cheguei em Maués, há 7 (sete) anos não havia sessão do Tribunal do Júri. Foram 16 (dezesseis) dias realizando sessões. 32 (trinta e dois) réus, dos quais 09 (nove) foram condenados. Cheguei a ficar sem voz.”

Perguntei-lhe se o advento da Zona Franca de Manaus havia trazido alguma mudança para o Ministério Público. Ele respondeu-me que não. Mas que conversava bastante com o então auditor fiscal Serafim Correa e o político Jefferson Peres, sobre as indústrias que vinham e pouco depois iam embora e que não finalizavam a fabricação aqui.

“Eu não tinha nada a ver com a história, mas aproveitei e disse – coloca gente de São Paulo aqui pra presidir pra participar da diretoria das fábricas (diretores residentes). E aí vingou!”

Informei-lhe que havia verificado várias designações atribuídas a ele, durante a gestão do Dr. Aguielo Balbi, o que ele respondeu:

“Dr. Aguielo foi meu colega de turma e disposto. Quando dos estudos para a elaboração da Lei Complementar n.º 011/93, eu viajei para São Paulo, Minas Gerais, Brasília, Rio Grande do Sul, para verificar como os outros Ministérios Públicos estavam funcionando.”

Quanto à Associação do Ministério Público, o Exmo. Sr. Pedro da Silva Costa foi vice-presidente, enquanto o Exmo. Sr. Nestor da Costa Ferreira era o presidente.

Lembrei-o que ele havia sido designado, já aposentado, pelo Exmo. Sr. Mauro Luiz Campbell Marques, hoje Ministro do Superior Tribunal de Justiça, à época Procurador-Geral de Justiça, para ajudar na avaliação dos trabalhos da revista do Ministério Público:

“Ajudei. Quis produzir alguns trabalhos ainda, mas não publiquei porque eram vinculados aos meus pareceres, mais de 300, que mandei para uma gráfica em São Paulo, mas eles perderam tudo, em função de um incêndio”.

Por fim, perguntei-lhe se sentia orgulho de ter trabalhado no Ministério Público do Estado do Amazonas. Veio a resposta, com um tom de voz mais firme e altivo:

“Eu tenho orgulho! Eu dediquei-me ao Ministério Público!”

Então, passadas mais de duas horas na presença do ex-Procurador-Geral de Justiça decidimos encerrar a conversa. Senti que não havia extraído todas as informações necessárias. Ao olhar para ele, pude identificar o mesmo sentimento. Ele permaneceu sentado. Naquele momento, notei seu saudosismo, ele queria continuar aqui, ele queria continuar a contribuir.

Olhei novamente pra ele, observei seu corpo marcado pela idade, e em minha mente parafraseei Ernest Hemingway, *“menos os olhos, que eram da cor do mar e alegres e não vencidos”*.¹

¹HEMINGWAY, Ernest. *O Velho e o Mar*.